



## A SUSTENTABILIDADE DOS PROJETOS



Perguntam-nos com frequência os nossos beneficiários desta área de intervenção se, quando acabarem os PIICIE, irão poder continuar a dispor de apoios para os seus projetos.

Sobre essa matéria, importa começar por sublinhar que muitos projetos apoiados não surgiram repentinamente mas em resultado de provas já dadas. Pelo que a novidade está, sobretudo, na sua aplicação em certos territórios, numa maior abrangência e em alguns responsáveis pelas iniciativas.

Assim, e nesta fase, o principal investimento na continuidade será o de fazer bem, com sentido e pertinência, aquilo que nos propusemos, criando novas parcerias e compromissos e perseguindo focadamente os resultados almejados.

Por outro lado, saliente-se que o registo, o acompanhamento e a avaliação das atividades são aspetos imprescindíveis para que se possa identificar o que dá bons frutos e merece ser prosseguido e alargado. Sendo que alguns projetos poderão ser assumidos pelas autarquias ou pelas escolas nas suas atividades correntes, enquanto outros beneficiarão de novas formas de apoio.

Creemos, de facto, que no âmbito de um dos cinco objetivos principais que irão nortear os investimentos da União Europeia no período de 2021-2027 — *“uma Europa mais social, concretizando o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde”* — haverá certamente lugar para o apoio a projetos de promoção do sucesso educativo, de mobilização de mais recursos da comunidade para a educação e de enriquecimento da vida escolar das crianças e dos jovens, sempre com participação ativa das instâncias locais e sub-regionais.

**Fernando Freire de Sousa**

Presidente da CCDR-N e da Comissão Diretiva do NORTE 2020

## NESTE NÚMERO

**ENCONTROS INTERMUNICIPAIS**  
[PÁG. 2-3]

**PLANO NACIONAL DAS ARTES** [PÁG. 4-5]

**TEATRO NA ESCOLA – UMA FERRAMENTA DE COMBATE AO INSUCESO ESCOLAR**  
[PÁG. 6]

**PIICIE DO DOURO**  
[PÁG. 7-8]

**COORDENAÇÃO TÉCNICA**  
CCDRN/ Secretariado Técnico  
Emprego, Qualificação e Inclusão  
Social (NORTE 2020)

**APOIO EDITORIAL**  
Unidade de Apoio à Estratégia de  
Comunicação do NORTE 2020

**SUBSCREVA O BOLETIM:**  
[▶ CLIQUE AQUI](#)



## ENCONTROS INTERMUNICIPAIS DOS PIICIE



Nos cinco encontros já realizados (ver caixa), foram tratadas temáticas mais transversais, tendo as sessões paralelas discutido áreas específicas de ação das equipas multidisciplinares dos PIICIE, com base em projetos em curso: práticas de enriquecimento curricular – leitura, matemática, música e teatro, ciências e experimentação, ambiente, cidadania e património –, intervenção junto de alunos em risco, participação parental, inovação pedagógica, construção de projetos de vida, etc. Apresentamos algumas notas que têm em conta preocupações comuns.

1. Os PIICIE visam a mobilização de **mais recursos da comunidade para a educação**, o alargamento do compromisso pelo sucesso escolar de todos e o enriquecimento da vida escolar das crianças e dos jovens, com envolvimento dos municípios, das escolas, das famílias, de serviços e instituições locais.

De modo específico, os PIICIE implicam um reforço da interação entre as autarquias locais e as escolas. Sabemos que este caminho não é isento de dificuldades, controvérsias e insuficiências, num panorama de grande diversidade de histórias e práticas.

Podemos resumir o desafio do seguinte modo: trabalhar para um alargamento da ação municipal e intermunicipal na educação que respeite e valorize a autonomia institucional das escolas e a autonomia profissional dos docentes.

Nesta perspetiva, enfatizou-se a necessidade de uma coordenação permanente e cuidada e da valorização de instâncias de participação como os conselhos municipais de educação e os conselhos gerais das escolas.

2. Outro tópico muito destacado foi a necessidade de **planeamento, concertação e coordenação entre as**

**equipas técnicas, no âmbito dos PIICIE, e as escolas.** Reconheceu-se que estas equipas significam um enriquecimento com novas energias e experiências profissionais e que é necessário trabalhar nas vertentes seguintes:

- o planeamento conjunto e atempado das ações, em conjugação com os planos de atividades das escolas;
- a gestão dos tempos, também para evitar sobrecarregar as crianças e os jovens com uma multiplicidade de ocupações e de apoios, sobretudo se insuficientemente coordenados;
- o lugar central dos educadores, do professor titular de turma e do diretor de turma na coordenação dos apoios mais personalizados;
- a circulação de informação na escola e na comunidade como caminho para criar confiança;
- o investimento em tempos de formação, sem esquecer que a “capacitação” depende sobretudo da qualidade da inserção quotidiana nas equipas de trabalho, dos processos de socialização profissional, das oportunidades de partilha e de transmissão de experiência.



3. Importa ter sempre presentes os **objetivos específicos e os públicos prioritários** dos projetos. Como a própria inserção no objetivo temático 10.1 dos fundos estruturais europeus indica, a equidade é um princípio central dos PIICIE e a prioridade deve estar nas crianças e nos jovens em risco de insucesso e abandono.

Assim, as atividades dirigem-se a grupos específicos e, sobretudo, quando abrangem todos, cuidar-se-á de que delas aproveitem os que mais precisam, o que nem sempre acontece em projetos desta índole.



Para tal, valoriza-se o diagnóstico dos problemas, os dispositivos de alerta e a intervenção precoce, o acompanhamento específico de crianças e jovens em risco. Em coerência, os projetos incidem prioritariamente na educação pré-escolar e no primeiro ciclo do EB.

Nesta perspetiva, insistimos em duas perguntas: como se está a atingir o público prioritário? Qual o impacto das ações nas aprendizagens dos alunos e nos seus percursos escolares?



**4. O acompanhamento e a avaliação** merecem um olhar cuidadoso. Avaliamos para melhorar, para prestar contas, nomeadamente à comunidade e aos programas financiadores, e para selecionar os projetos que devem continuar.

A definição de metas exigentes e exequíveis de realização e de resultado é promovida em nome de um maior rigor e de um compromisso mais firme.

Os indicadores de resultado obrigatórios – *“Diminuir em pelo menos 25 % o valor da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos”* e *“redução em pelo menos 10 % o valor da taxa de alunos nos 1º, 2º e 3º Ciclos e Secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos”* – para os quais todos os programas contribuem, assinalam a preocupação central com os resultados escolares e expressam os objetivos gerais dos PIICIE e das respetivas operações, mas não necessariamente de cada atividade que os compõem.

Por um lado, além de transitar de ano ou, bem mais exigente, de transitar só com classificações positivas, há um largo espaço para melhorar a pertinência das

aprendizagens – escrever bem, conhecer a história local, desenvolver a numeracia, criar espaços e tempos para as expressões artísticas ou a experimentação científica das aprendizagens, promover a cidadania – e para adequar os percursos escolares às expectativas dos jovens, na construção de percursos de vida.

Por outro lado, importa adequar a avaliação ao que está em causa em cada ação. Assim, uma intervenção intensiva numa turma ou junto de um grupo de alunos terá uma avaliação diferente de um projeto de matemática ou de leitura ou de teatro, de um projeto de incremento da participação dos pais ou de sensibilização ambiental. Neste sentido, há que, por exemplo, evitar estabelecer uma ligação direta entre a maior parte das atividades e a evolução dos valores da taxa de retenção e desistência.

Finalmente, importa cuidar do bom uso das estatísticas e de outra informação e investir na formação nestes domínios.

### **Encontros realizados e a realizar**

Depois de, no mês de julho, se terem realizado os encontros intermunicipais da **AM do Porto**, do **Cávado**, do **Tâmega e Sousa** e do **Douro**, ocorreu em 10 de setembro o encontro do **Ave**. Os restantes estão previstos para as seguintes datas:

- 25 de setembro – **Alto Tâmega**
- 1 de outubro – **Alto Minho**
- 16 de outubro – **Terras de Trás-os-Montes**

Estas iniciativas, promovidas pelas entidades intermunicipais, contam com a colaboração da Estrutura de Missão do PNPSE e da CCDRN/NORTE 2020.

**José Maria Azevedo**  
CCDRN/NORTE 2020



## **PLANO NACIONAL DAS ARTES** **Manifesto “Para todos, com cada um”**



Na Constituição da República Portuguesa, podemos ler, no artigo 73º, depois de se afirmar que «todos têm direito à educação e à cultura»: “O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural (...)”. Procurando cumprir este desígnio, o Plano Nacional das Artes foi instituído pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Educação, para o horizonte temporal 2019-29, através da Resolução de Conselho de Ministros nº 42/2019, de 21 de fevereiro. Estes são os princípios e valores que orientam a nossa ação:

1. Contrariamente à pretensão de um conhecimento imediato de si próprio ou da comunidade que se quer construir, assumimos que as manifestações culturais são a mediação necessária para o reconhecimento pessoal de cada um e da comunidade que somos e projetamos: construímos a nossa identidade em diálogo com esse depósito de humanidade que está no património (material e imaterial) e nas obras de arte.
2. Entendemos a cultura no plural, considerando a multiplicidade das suas manifestações e diferenças comunitárias, ultrapassando as separações entre o popular e o erudito, o tradicional e o contemporâneo, e atendendo às novas linguagens criadas pelos jovens.
3. «A cultura – afirmou Sophia de Mello Breyner Andresen - não existe para enfeitar a vida, mas sim para a transformar – para que o homem possa construir e construir-se em consciência, em verdade e liberdade e em justiça (...)». Nesse sentido, a estética não está distante da ética nem da política.
4. Compreendemos a arte como parte da vida – e não um mundo paralelo, fora da existência ou num âmbito isolado da «cultura».
5. Queremos criar condições estruturais, políticas e legislativas para facilitar o acesso dos cidadãos às artes, para enquadrar os muitos projetos de qualidade já existentes e para apoiar a criação de novos.
6. Asseguraremos a centralidade das artes e do património na formação ao longo da vida – porque a educação só será completa se integrar a dimensão cultural e artística.
7. A escola, como comunidade de aprendizagem em que todos os membros são co-construtores desse aprender, deve promover o acesso à diversidade do património e a apropriação de diferentes linguagens e expressões artísticas - desse modo, ampliar-se-á a quantidade e qualidade de vivências e competências, reforçando a abertura à comunidade e ao mundo, promovendo a inclusão e a participação.
8. Olhamos para a escola como parte de um sistema complexo – e é necessário dirigimo-nos a esse contexto social, administrativo e económico de forma sistémica para conseguir alterar as escolas de modo sustentável.
9. Racionalizámos em demasia a educação, não promovendo suficientemente a formação dos afetos, a relação com o corpo, a valorização da autonomia, a capacitação para assumir os desafios e os falhanços, o prazer de aprender, de interpretar e intervir no mundo. Há múltiplas linguagens e diversos modos de expressão pessoal e de compreensão do mundo, que devemos ajudar a desenvolver.



10. A educação da sensibilidade estética e artística e do pensamento crítico e criativo promoverá uma maior autonomia dos cidadãos. A intimidade com as práticas artísticas permite a formação dessas competências: por um lado, as artes exigem a educação da sensibilidade, a tomada de consciência e o assumir do que se sente; por outro, desenvolvem a capacidade de interpretar e pensar criticamente, procurando outros sentidos, outros pontos de vista, outras possibilidades.

11. Uma relação com as artes e o património de diferentes culturas, ensina a respeitar a experiência do outro, a ser mais recetivo à sua mundividência, promovendo a partilha, a argumentação, o conhecimento de critérios de juízo de gosto e da sua evolução histórica. Assumir-se-á, assim, a complexidade do mundo e das culturas, a unidade e diversidade do humano, recusando o medo da diferença.

12. As artes podem ensinar-nos a inestimável lição da gratuidade e do prazer desinteressado. Numa época marcada pelo utilitarismo e desejo de produtividade, esta subversão é determinante, é a mesma que valorizamos no lúdico e na festa. Emocionar-se e divertir-se não podem estar em oposição a aprender e a conhecer.

13. Se educar é preparar para o futuro (que não existe e que não conhecemos), é necessário que a educação prepare para o desconhecido, não apenas para o que já se sabe como certo. As artes são, neste contexto, um modo de alimentar a imaginação e a criatividade.

14. A criatividade depende dos estímulos diversificados que temos: quanto mais variadas e significativas forem as experiências, maior poderá ser o potencial criativo. Elas são a matéria-prima que usamos para criar coisas ou ideias novas: sem medo de falhar, não repetindo o já conhecido ou já pensado, alimentando a curiosidade e a capacidade de questionar.

15. Numa sociedade que enfrenta desafios decorrentes da globalização e do acelerado desenvolvimento tecnológico, as competências emocionais, sociais, criativas e críticas que as artes

proporcionam poderão ser um instrumento essencial de adaptação a esse mundo que virá.

16. As disciplinas fragmentadas e fechadas em si não permitem a compreensão da complexidade do mundo. A proximidade e familiaridade com as artes e os processos criativos poderão incentivar dinâmicas transdisciplinares, o cruzamento e integração dos conhecimentos apreendidos nas várias disciplinas, indisciplinando e permitindo uma visão de conjunto. Sem cair no erro de as instrumentalizar, iremos mobilizar as artes nas escolas como recurso para as diferentes disciplinas – não as circunscrevendo às disciplinas artísticas.

17. O conhecimento do património e das artes permite-nos uma consciência histórica e inscreve-nos como parte de uma tarefa infinita – que recebemos como herança e que devemos renovar para o futuro. Fazemos parte de uma comunidade e de um esforço comum que nos antecede, nos implica e nos ultrapassa.

18. Conscientes dos limites da cultura e das obras de arte, sem ilusões salvíficas, reformulamos uma citação de Jean-Luc Godard sobre o cinema: O que é a arte? Nada. O que quer? Tudo. O que pode? Alguma coisa.

A estratégia do PNA 2019-2024 pode ser consultada em  
<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=00a06c3f-f066-4036-adc2-b030b946e6ba?>

**Paulo Pires do Vale**  
Comissário do Plano Nacional das Artes



## **TEATRO NA ESCOLA: uma ferramenta de combate ao insucesso escolar**

A educação pela arte assume-se como uma abordagem diferenciadora e inovadora ao nível das práticas educativas. Neste âmbito, o teatro representa uma importante ferramenta ao serviço de um percurso escolar que se almeja mais rico e mais bem-sucedido. Introduce os alunos na aprendizagem da linguagem teatral, mas proporciona, sobretudo, formas e meios expressivos para explorar conteúdos e temas que podem estar articulados com outras disciplinas do currículo escolar.

Reconhecendo a sua relevância no contexto educativo, a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, no âmbito da estratégia educativa TâmegaSousa Educa [acreditamos em ti] – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar do Tâmega e Sousa (PIICIE do Tâmega e Sousa), apostou na dinamização de oficinas de teatro nas escolas da região.

Em Celorico de Basto, a implementação da atividade “Teatro na Escola” contemplou ainda a contratação de um profissional na área do teatro, que integra a equipa multidisciplinar de promoção do sucesso educativo do Tâmega e Sousa, um dos pilares do PIICIE do Tâmega e Sousa.

Implementada na Escola Básica e Secundária de Celorico de Basto, a atividade contempla duas vertentes: uma associada à dinamização de clubes de teatro e outra assente no desenvolvimento de trabalhos multidisciplinares entre o teatro e as disciplinas da matriz curricular.

Na vertente da dinamização de clubes de teatro, o primeiro passo foi dado com a constituição de oito clubes de teatro, um por cada ano de cada ciclo de ensino da escola – do segundo ciclo ao secundário –, envolvendo cerca de 150 alunos. Para cada clube de teatro foi elaborado um plano pedagógico, com o objetivo de trabalhar a expressão corporal, a concentração, a capacidade de comunicação e, sobretudo, a confiança individual, fatores-chave na valorização da prestação no percurso escolar.

Com encontros semanais, o trabalho desenvolvido ao longo do ano letivo culminou com a apresentação, por cada clube de teatro, de um exercício de expressão dramática, no qual os alunos expuseram as suas preocupações com assuntos da atualidade.

Na vertente do desenvolvimento de trabalhos multidisciplinares entre o teatro e as disciplinas da matriz curricular, foram dinamizados projetos no âmbito das disciplinas de matemática, físico-química, história, geografia e cidadania e mundo atual. Estes projetos consistiram na realização de jogos e dinâmicas teatrais com o objetivo de transmitir aos alunos, de uma forma inspiradora e lúdica, conteúdos programáticos essenciais à sua formação, mas cujo processo de aprendizagem em contexto de sala de aula revelava resultados desfavoráveis. São disso exemplo as equações de 1.º grau, a tabela periódica ou o contexto político, económico, social e cultural desencadeado pela Segunda Guerra Mundial.

Um aspeto importante e igualmente a salientar foi a participação dos encarregados de educação nas diferentes fases do projeto: numa fase inicial, na recolha de vestuário e adereços para os exercícios de expressão dramática; na fase final, enquanto espectadores atentos das apresentações públicas dos exercícios dramáticos.

Foram muitos os encarregados de educação que reconheceram os resultados positivos obtidos com os seus educandos no que diz respeito à concentração, poder de comunicação e argumentação. É, por isso, objetivo do projeto envolvê-los cada vez mais, tornando-os parte do processo e participantes das apresentações públicas. Nos próximos dois anos letivos é também pretensão alargar o projeto às restantes escolas do agrupamento, abrangendo um maior número de alunos e potenciando as suas capacidades dentro do universo singular que cada um representa. Este foco no indivíduo, compreendendo-o, valorizando-o e integrando-o na comunidade, é certamente um caminho interessante para que a escola seja um pilar na formação individual e comunitária, promovendo a mudança e contribuindo para o sucesso escolar.

**CIM do Tâmega e Sousa**



## UMA NOVA EDUCAÇÃO NO DOURO



Na Comunidade Intermunicipal do Douro, os Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar têm um significado e um impacto muito específicos. A CIM Douro é composta por dezanove municípios: Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, estendendo-se territorialmente pelos distritos de Viseu, Vila Real e Bragança.

Apesar de muitas semelhanças, estes territórios individualmente considerados têm também muitas diferenças, e daí a opção de cada Município elaborar e gerir o seu PIICIE.

Os PIICIE foram para a CIM DOURO uma excelente oportunidade de combater o insucesso e o abandono escolares, uma vez que estes Planos têm como objetivos principais a melhoria do sucesso educativo (dos alunos) e a redução significativa do abandono escolar. Estes objetivos atingem-se combatendo o insucesso escolar e implementando medidas inovadoras que alcancem

todos os alunos de forma equitativa no que à educação diz respeito.

A Escola dita “tradicional” é um modelo que há muito vem sendo dado como “gasto”. Afinal, o mundo transformou-se de forma muito rápida nos últimos dez ou quinze anos, e a Escola não acompanhou essa mudança. Depois de alguma observação, não será difícil perceber que a equação **“Escola do séc. XIX + pais e professores do séc. XX + alunos do séc. XXI = sucesso escolar”** é uma equação impossível. É uma realidade que não existe e que urge mudar.

Ora é precisamente neste contexto que os Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar vêm marcar a diferença no modelo de Educação em Portugal, sendo que podem ser até considerados como o início de uma nova realidade ao nível da Educação. São e pretendem ser, desde a sua génese, instrumentos de uma “nova educação”, criadores de processos inovadores de aprendizagens informais.

Os PIICIE pretendem educar para o futuro, dotando os alunos não só de conhecimentos, mas de competências essenciais à vida no mundo atual, como, por exemplo, as competências e habilidades socio-emocionais ou a capacidade de empreender, entre outras, que foram menos valorizadas no passado.

Na CIM DOURO, falamos de territórios de baixa densidade demográfica, que ficam longe dos grandes centros urbanos, e onde existem ainda desigualdades significativas no acesso a uma educação rica em experiências diversificadas que contribuam para fortalecer e desenvolver conhecimentos adquiridos na escola.

Na verdade, os Municípios esforçam-se por esbater essas diferenças proporcionando as melhores condições possíveis aos seus alunos, mas há sempre mais a concretizar nesta área. Há estudos que demonstram que o nível económico-financeiro influencia de forma impactante o sucesso escolar dos alunos. OS PIICIE na CIM DOURO conseguem também esbater estas diferenças socioeconómicas, promovendo práticas de acesso generalizado que reforçam e facilitam as aprendizagens.



Existem medidas transversais a quase todos os PIICIE da CIM DOURO. Destacamos a contratação de equipas multidisciplinares e a criação de várias salas de futuro, como medidas de natureza organizacional, a capacitação parental, como uma medida comum de gestão estratégica da Educação, e a criação de laboratórios de Língua e/ou de ciências e oficinas ou programas de competências pessoais e sociais como principais medidas comuns de apoio ao desenvolvimento curricular.



Na CIM DOURO, dada a sua dimensão territorial e a sua composição, entendeu-se optar pela contratação de uma equipa de acompanhamento e avaliação do PIICIE, que vai acompanhando os diversos Planos num registo de proximidade, visitando os territórios, reunindo com as equipas multidisciplinares, de forma a ser possível ir alinhando a estratégia de intervenção às medidas, metas e indicadores aprovados.

Esta intervenção aposta de forma claro num acompanhamento que garanta também que o Dossier Técnico da operação cumpra os requisitos legais de forma a contribuir para o sucesso da operação. Este dossier técnico deve conter o plano de ação e respetivo cronograma, registos de evidências da realização das atividades, registos da identificação do público-alvo/destinatários das atividades, relatórios de trabalho, os manuais, textos de apoio e recursos Pedagógicos ou Didáticos, a identificação dos recursos Humanos, consultores ou outros técnicos que intervêm na operação, a informação de caráter avaliativo (sempre que possível) e relatórios da medição de impacto (das

atividades, das ações e do PIICIE), a informação sobre as atividades e mecanismos de acompanhamento e os originais de toda a publicidade e informação produzida para divulgação das ações.

De todo o acompanhamento do trabalho realizado, concluímos que o sucesso destes Planos vai depender significativamente da qualidade da relação estabelecida nas parcerias criadas, ou seja, entre Agrupamentos, Municípios e CIM DOURO, respeitando cada um a competência dos outros, sempre focados no sucesso escolar e na redução do abandono escolar.

Os Agrupamentos têm os seus planos de ação desenhados para a prática e para as metodologias pedagógicas, e os PIICIE são desenhados com ações diferentes, inovadoras, contemplando a oferta aos alunos de uma aprendizagem informal, apostando em processos inovadores de aquisição de conhecimento, no apoio socio-emocional aos alunos e às suas famílias, na formação parental e no desenvolvimento de competências baseadas na inteligência emocional, que tanto reforçam a tendência atual de ter sucesso: sucesso escolar e, bem mais do que isso, sucesso na vida!

**Cristina Ribeiro Felgueiras**

Equipa de acompanhamento e avaliação  
PIICIE CIM-Douro